

**DÍVIDA EXTERNA**

# Brasil pode voltar ao Clube de Paris em 85

19 AGO 1984

BRASILIA — Até outubro, o Brasil decidirá se vai novamente ao Clube de Paris, desta vez para renegociar a dívida externa de governo a governo que vence em 1985. Esta definição será adotada antes que as autoridades do País sentem na mesa para discutir com os banqueiros internacionais o cronograma financeiro do próximo ano.

A informação é do Chefe da Assessoria Internacional do Ministério do Planejamento, Embaixador José Botafogo Gonçalves. Ele explicou que "o ponto de partida do Governo brasileiro é evitar, sempre que possível, esse tipo de negociação, pois implica em gestões administrativas e mais despesas com juros". O Assessor do Planejamento, disse, no entanto, que "a ida ao Clube de Paris não está excluída".

O Clube de Paris reúne representantes dos países europeus, mais o Japão, Canadá e os Estados Unidos. É nesse organismo que os países devedores, que enfrentam crises em seus balanços de pagamentos, renegociam as dívidas que obtiveram diretamente dos Governos dos países credores. Em novembro do ano passado, o Brasil apelou pela primeira vez ao Clube de Paris para renegociar a dívida que venceu a partir de 30 de junho de 1983 e em 1984.

A negociação do Brasil com o Clube de Paris, iniciada no final do ano passado, está atrasada. O protocolo de intenções firmado no ano passado estipulava que o acordo final sobre essa renegociação seria fechado até 30 de junho último. O prazo já passou e até agora o acordo não foi firmado.

O Chefe da Assessoria Internacio-

nal do Planejamento atribuiu o atraso aos próprios países credores. Segundo Botafogo Gonçalves, "os credores não estavam preparados para fazer o levantamento dos débitos governamentais brasileiros no tempo que se previa". A contabilidade desse débito é atribuição dos credores e condição essencial para que o acordo seja firmado.

No ano passado, o Governo brasileiro apresentou o seu levantamento, chegando à cifra de US\$ 3,5 bilhões. Os credores ficaram de fazer os seus levantamentos para que as cifras fossem conciliadas. Esse processo ainda está por concluir.

Com o Japão, a situação, no entanto, é um pouco mais delicada. Os japoneses entendem que a renegociação desses créditos governamentais implicará na renegociação dos con-

tratos, com a conseqüente alteração de prazos e taxas de juros. O Governo brasileiro, em contrapartida, entende que essa renegociação implica apenas no adiamento dos prazos de pagamento em dólar.

Outro obstáculo é a legislação do Japão, que impede que o governo daquele país negocie essas dívidas diretamente com outros governos, atribuindo tal papel à iniciativa privada.

Enquanto a situação não se define, as discussões continuam. O Embaixador José Botafogo Gonçalves acredita que nos próximos dois meses ser a possível fechar definitivamente o acordo. Mesmo porque, talvez o Brasil tenha que bater, novamente, na porta do Clube de Paris para renegociar a dívida que vende em 1985.